

Rede Nacional de Educação Cidadã: construindo uma coalizão pública em defesa da democracia

João Tavares

Resumo

Este artigo parte do reconhecimento, amplamente sustentado por pesquisas nacionais e internacionais, de que a educação cidadã é um dos pilares fundamentais para o fortalecimento das democracias contemporâneas. No Brasil, embora historicamente negligenciada como política pública estruturada, a educação cidadã tem sido promovida por diversos atores de maneira fragmentada. A partir desse diagnóstico, o texto apresenta a trajetória de construção e fortalecimento da Rede Nacional de Educação Cidadã (RedeNEC), criada em 2022 com o objetivo de articular esse ecossistema disperso e transformá-lo em força política e institucional. Ao mapear atores, sistematizar práticas e fomentar conquistas concretas, a Rede busca consolidar a educação cidadã como uma agenda estruturante no país.

Abstract

This article starts from the recognition, widely supported by national and international research, that citizen education is one of the fundamental pillars for strengthening contemporary democracies. In Brazil, although historically neglected as a structured public policy, citizen education has been promoted by various actors in a fragmented way.

Based on this diagnosis, the text presents the trajectory of building and strengthening the National Citizen Education Network (RedeNEC), created in 2022 with the aim of articulating this dispersed ecosystem and transforming it into a political and institutional force. By mapping actors, systematizing practices and fostering concrete achievements, the Network seeks to consolidate citizen education as a structuring agenda in the country.

O problema da cultura democrática

Como fazemos para desenvolver o Brasil? Essa pergunta já atravessou gerações – ora como inquietação cívica, ora como desabafo coletivo. Não há quem se preocupe verdadeiramente com o destino do país que não a tenha formulado, ao menos uma vez, diante das desigualdades, das frustrações cotidianas ou dos potenciais desperdiçados. Ela é, de certo modo, parte da nossa identidade nacional: uma mistura de empatia, indignação e desejo sincero de buscar por um caminho, encontrar uma alternativa para uma questão que faz parte do nosso sofrimento coletivo.

Essa pergunta é também, genuinamente, uma fábrica de respostas mal arranjadas: simples demais, inexequíveis por essência. Propostas que não sobrevivem a dois minutos de debate sério, daquele em que prevalece a honestidade intelectual. Ou hipóteses com certa fundamentação, mas incompletas – que partem de diagnósticos fatalistas, como o de que fomos colonizados por países que nos exploraram, da concepção de que o clima interfere no desenvolvimento ou de que nossa posição geográfica no mundo nos impede de estabelecer relações comerciais benéficas o suficiente com nossos parceiros.

Por sorte nossa, a ciência econômica tem se debruçado sobre essa questão há décadas – e nos oferece hoje uma base sólida de evidências e teorias que ajudam a iluminar caminhos viáveis para o desenvolvimento. A ciência econômica tem oferecido, ao longo das últimas décadas, um arcabouço sólido de evidências que reconhece a centralidade

da educação no desenvolvimento. Theodore Schultz, Nobel de 1979, foi pioneiro ao demonstrar que investimentos em capital humano – como educação, saúde e capacitação – impulsionam diretamente o crescimento econômico. Gary Becker, laureado em 1992, ampliou esse conceito ao mostrar que decisões educacionais são investimentos racionais com efeitos de longo prazo. Já Amartya Sen, Nobel em 1998, introduziu uma inflexão ética e política ao afirmar que o verdadeiro desenvolvimento se dá pela ampliação das liberdades reais das pessoas, sendo a educação não apenas um meio, mas um fim em si mesma.

A educação é, portanto, fundamental para o desenvolvimento de um país – e, para quem trabalha na área, essa não é uma novidade. Mas passemos aos recentíssimos vencedores do Prêmio Nobel de 2024, concedido a Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson por seus estudos sobre como as instituições moldam a prosperidade das nações. Se não se perguntaram o que faz um país se desenvolver, esse trio de economistas questionou o contrário: o que impede ou prejudica o processo de desenvolvimento de um país? Esse é, aliás, exatamente o título da obra mais famosa de dois deles, *Por quê as Nações Fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza* (2012), que prevê que as diferenças de desenvolvimento econômico são fortemente influenciadas pela qualidade de suas instituições políticas e econômicas.

Para formular sua tese sobre os determinantes do desenvolvimento, os economistas Daron Acemoglu e James A. Robinson propuseram uma distinção central entre dois tipos de instituições: inclusivas e extrativistas. Instituições de qualidade, segundo os autores, são aquelas que promovem ampla participação política, garantem o Estado de Direito, fomentam a igualdade de oportunidades e estabelecem limites ao exercício do poder – características que definem seu caráter inclusivo. Por outro lado, instituições extrativistas concentram poder e riqueza em pequenas elites, restringem o acesso da população aos processos decisórios e limitam as possibilidades de mobilidade social. A diferença fundamental reside, portanto, no grau de inclusão política e distributiva que essas instituições permitem – ou, em outras palavras, no quão demo-

cráticas são, em sentido substantivo, as regras que regem a vida pública de um país.

Essa teoria, à primeira vista abstrata, revela-se profundamente conectada com a trajetória da América Latina – e, de maneira particular, com a formação histórica da sociedade brasileira. O político e jurista Franco Montoro¹ costumava afirmar que as pessoas não vivem na União ou nos estados, mas nos municípios. Somente a partir deles, dizia, é possível compreender a realidade e construir políticas públicas com sentido prático. E é justamente no plano municipal que se evidenciam as consequências concretas das instituições inclusivas.

Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade da Colúmbia Britânica e da PUC-Rio analisou a concentração do poder político em dezenas de municípios brasileiros entre 1940 e 2000. Os resultados foram reveladores: nos municípios onde houve maior oxigenação eleitoral – com o enfraquecimento de oligarquias familiares e o ingresso de novos atores na arena política – observou-se melhor governança e desempenho superior em indicadores como renda per capita, alfabetização e mortalidade infantil. Em suma, onde houve mais democracia, houve mais desenvolvimento.

O fortalecimento da cultura democrática, portanto, não é apenas um ideal moral: é um fator decisivo para a melhoria das condições de vida da população. Após esse percurso pelas grandes teses da economia política contemporânea, vale lembrar que a intuição popular, tantas vezes desvalorizada, já aponta nessa direção. Em qualquer conversa de rua no Brasil, é comum ouvir que “o problema está na política” ou “nos políticos”, percebidos como defensores de interesses privados em detrimento do bem comum. Essa percepção se traduz em índices alarmantes de desconfiança: em pesquisa recente, apenas 6% dos brasileiros declararam ter “muita confiança” nos partidos políticos, e 11% no Congresso Nacional.

1 André Franco Montoro (1916–1999) foi jurista e político brasileiro, defensor do municipalismo e da participação cidadã. Foi governador de São Paulo e um dos articuladores da redemocratização brasileira.

Chegamos, assim, a um dos obstáculos centrais para a consolidação da cidadania e da democracia no Brasil: a persistente dissociação, no imaginário político nacional, entre os papéis do Estado e da sociedade. Nossa formação histórica – marcada pelo patrimonialismo e por estruturas autoritárias – moldou uma cultura política em que o cidadão tende a assumir uma postura passiva, como se fosse mero espectador da vida pública. Em geral, não se reconhece como agente capaz de transformar seu entorno – e, justiça seja feita, tampouco é instigado ou preparado para isso. Falta-nos, portanto, não apenas o exercício cotidiano da cidadania, mas também o desenvolvimento das competências democráticas que a sustentem.

Do ponto de vista das evidências sobre a precariedade da nossa cultura democrática, o cenário é alarmante: entre os 22 países avaliados no estudo internacional *International Citizenship and Civic Study (ICCS)* de 2022², o Brasil ocupa a última posição em proficiência em cidadania. Nos principais índices de qualidade democrática, o desempenho também é preocupante. No *Democracy Index* de 2023, publicado pela revista britânica *The Economist*, o país obteve a nota 5,0 (em uma escala de 0 a 10) no quesito cultura política – patamar comparável ao de países classificados como regimes autoritários, como Zimbábue, Omã, Iêmen e Azerbaijão. De forma ainda mais inquietante, países como o Haiti e o Sudão – que enfrentam, respectivamente, um colapso institucional profundo e uma guerra civil – registraram nota superior à brasileira (5,63), indicando, paradoxalmente, uma valorização cultural da democracia e seus elementos mais alta do que a observada no Brasil, a despeito dos contextos extremos que enfrentam.

Na ausência de estudos comparativos mais abrangentes que investiguem as capacidades estatais voltadas à educação cidadã em diferentes contextos nacionais, é possível destacar alguns exemplos de políticas

2 O ICCS é avaliação internacional desenvolvida pela IEA (International Association for the Evaluation of Educational Achievement) que mede o conhecimento cívico e a disposição para a participação democrática entre estudantes do ensino básico em diversos países. Em 2022, o Brasil participou pela primeira vez.

públicas estruturadas e bem-sucedidas na área. Um dos casos mais notáveis é o da Alemanha, que desde 1952 mantém a Bundeszentrale für politische Bildung (bpb) – a Agência Federal de Educação Cívica – uma instituição independente, com orçamento próprio e missão clara de fortalecer a cultura democrática no país. A *bpb* atua na promoção da compreensão política, no incentivo à participação cívica e na consolidação de valores democráticos entre os cidadãos. Suas ações incluem também a organização de seminários e a distribuição gratuita de materiais didáticos sobre democracia a cidadãos e instituições de ensino interessadas. Por sua atuação consistente desde o pós-guerra e por seu pioneirismo no campo da educação política institucionalizada, a bpb é amplamente reconhecida como uma das principais referências internacionais em políticas públicas de educação cidadã.

Um outro caso de política robusta em educação cívica é promovido pela França, que por meio do seu Ministério da Educação já incluía conteúdos de formação cívica em seu currículo desde o pós-guerra, mas consolidou e fortaleceu sua política em 2015, com a criação da disciplina obrigatória *Éducation morale et civique* (EMC) em todos os níveis da educação básica. Essa reformulação foi impulsionada pelos atentados de janeiro daquele ano³, que levaram o governo francês a recolocar a formação republicana, o laicismo e os valores democráticos no centro do projeto educativo nacional. A política é coordenada tecnicamente pela *Direction de l'Éducation Morale et Civique*, unidade especializada dentro do ministério, responsável por definir diretrizes curriculares, produzir materiais didáticos, formar professores e supervisionar a implementação nas escolas.

3 O atentado à redação do jornal satírico *Charlie Hebdo*, ocorrido em janeiro de 2015, impulsionou mudanças significativas na política educacional francesa, especialmente no fortalecimento da educação moral e cívica nas escolas públicas. A repercussão do episódio levou o governo francês a reforçar a presença de conteúdos voltados à laicidade, à tolerância e ao Estado de Direito no currículo nacional.

Na América Latina, algumas experiências apontam caminhos possíveis para a institucionalização da educação cidadã, apesar do tema ainda ser tratado de forma superficial na maioria dos países. O México talvez ofereça o modelo mais robusto: além de contar com a disciplina obrigatória *Formación Cívica y Ética* no currículo nacional, o país dispõe de uma estrutura permanente de educação cívica vinculada ao *Instituto Nacional Electoral (INE)*, órgão responsável pela administração eleitoral que coordena ações formativas com orçamento e equipe próprios. Na Colômbia, a educação cidadã foi integrada à agenda da convivência democrática e da cultura de paz, em articulação entre os ministérios da Educação e do Interior, combinando formação para os direitos, participação e diversidade – com apoio contínuo de organismos internacionais.

Já o Chile apresenta uma trajetória de reintrodução legislativa da educação cívica, após décadas de ausência, com a criação da disciplina obrigatória *Educación Ciudadana* no ensino médio a partir de 2016, como parte do esforço de reconstrução democrática. Esses exemplos evidenciam que políticas de educação cívica mais efetivas tendem a combinar marcos legais consistentes, estruturas administrativas estáveis e vinculação direta com as instituições de Estado que promovem a democracia.

Diante dessas experiências, torna-se inevitável nos fazermos uma outra pergunta incômoda – e urgentemente necessária: por que o Brasil ainda não possui uma política pública robusta e permanente de educação cidadã? Por que, em pleno século XXI, a quarta maior democracia do mundo segue tratando a formação para o exercício da cidadania como um tema periférico?

A resposta, ainda que desconfortável, aponta para uma ausência de mobilização coordenada, de visão estratégica e de vontade política. Superar esse vazio exige mais do que reformas pontuais ou boas intenções: exige a construção de um movimento coletivo capaz de transformar a educação cidadã em política de Estado – com alcance nacional, estrutura institucional e compromisso duradouro com a democracia. A Constituição Federal de 1988 avaliza esse movimento na medida em

que define, em artigo 205, que uma das tarefas da educação brasileira é o preparo para o exercício da cidadania. Não se trata apenas de ensinar cidadania como conteúdo, mas de organizar a cidadania como projeto político e pedagógico de país.

A Rede Nacional de Educação Cidadã

A Rede Nacional de Educação Cidadã foi criada em 2022 com o propósito de fortalecer a cultura democrática no Brasil ao estimular e articular o ecossistema de educação cidadã. Sua origem está ancorada em um diagnóstico simples, mas profundo: nenhum ator isolado seria capaz de enfrentar, sozinho, as barreiras sistêmicas que historicamente bloqueiam o avanço dessa agenda no país. Precisaríamos nos unir.

Como apontam Dantas e Caruso (2011), ao longo do processo de redemocratização brasileira, a educação cidadã foi sistematicamente negligenciada. Essa inércia do , entretanto, motivou a articulação de uma geração de empreendedores sociais, pesquisadores, servidores públicos e educadores comprometidos com a democracia, cuja resposta à convocação para formar um movimento coletivo foi imediata e unânime – uma prática coerente com os valores que defendiam.

Nesse contexto, os cofundadores⁴ da Rede Nacional de Educação Cidadã reconheceram que apenas por meio do diálogo, da cooperação e da união de forças seria possível promover conquistas institucionais duradouras para o setor. A criação da Redenec parte, portanto, justamente da inconformidade com esse contraste entre a relevância estratégica da educação cidadã e seu lugar secundário na agenda nacional – uma desvalorização que revela uma miopia persistente, entre analistas profissionais e de botequim, diante de seu potencial de transformação. Desde seu surgimento, a Rede teve a ética suprapartidária, na formulação de Humberto Dantas, como princípio inegociável (DANTAS, 2017).

4 A Rede Nacional de Educação Cidadã foi cofundada em 2022 por Helena Schmidt, João Tavares, Leandro Moraes, Tashi de Fáveri e Valmor Araújo.

Com isso em vista, a RedenEC assumiu como missão de primeira ordem inserir a educação cidadã na agenda pública do país – mobilizando governos, empresas, universidades, organizações da sociedade civil e veículos de comunicação. Atuando como articuladora e facilitadora, a Rede busca promover conexões, ampliar o alcance e potencializar o impacto de todos que, em diferentes frentes, já promovem a cidadania no Brasil. Para tanto, a organização é dividida em três frentes estratégicas: a articulação e gestão da Comunidade, produção e disseminação de Conhecimento e a condução de ações de Advocacy.

A pergunta sobre quem promove a educação cidadã no Brasil guiou, desde o início, a atuação da RedenEC. Após três anos de escuta e prospecção, foram identificadas centenas de iniciativas de diferentes setores – como escolas do Legislativo, órgãos de controle, universidades e organizações da sociedade civil – que, mesmo sem coordenação entre si, atuam pelo fortalecimento da cultura democrática. Esse processo deu origem a um mapeamento plural e interinstitucional do ecossistema de educação cidadã. Para compreender sua complexidade e potencial, é necessário examinar com mais atenção seus principais eixos – e os espaços, instituições e atores que hoje sustentam, promovem e ampliam a cultura democrática no Brasil.

O Ecossistema de Educação Cidadã

Um primeiro eixo do ecossistema de educação cidadã é formado pelas organizações da sociedade civil (OSCs), que desempenham um papel fundamental nesse campo. Via de regra, essas organizações são motores da inovação, promovendo transposições pedagógicas arrojadas e produzindo recursos didáticos interativos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em geral, também buscam estabelecer parcerias cooperativas com o Ministério da Educação e com Secretarias Estaduais e Municipais, ampliando seu impacto e legitimando metodologias autorais – muitas vezes entendidas como critérios de sucesso institucional.

No entanto, um desafio recorrente enfrentado por esse setor é a dificuldade de captação de recursos financeiros para a manutenção de suas atividades. Isso se deve, em parte, ao fato de que educação cidadã e democracia não figuram entre as prioridades da filantropia nacional. Segundo a *Pesquisa Doação Brasil 2022*, as causas que mais recebem doações são voltadas ao bem-estar de crianças, saúde e combate à fome. Em levantamento realizado pela RedeNEC, constatou-se que, em 2022, a diferença entre os orçamentos projetados e os recursos efetivamente captados pelas oito maiores organizações da sociedade civil foi de R\$1,9 milhão – um déficit que compromete o desenvolvimento de iniciativas previamente planejadas.

Em paralelo ao trabalho das OSCs, o segundo eixo estruturante é composto pelas universidades, que atuam como importantes polos de educação cidadã. Pesquisadores, atrelados ou não a centros temáticos, são responsáveis pela geração de evidências e estudos que fundamentam políticas públicas e projetos voltados à cidadania e participação social, frequentemente em parceria com organizações da sociedade civil e órgãos públicos.

Para além da produção de conhecimento, o ensino superior brasileiro tem se destacado na promoção da cidadania por meio dos projetos de extensão universitária, que articulam teoria e prática a partir de problemas sociais concretos. A chamada curricularização da extensão, tornada obrigatória em 2018 pelo Conselho Nacional de Educação⁵, tem justamente esse propósito: fortalecer o protagonismo estudantil e contribuir para uma formação ética, crítica e comprometida com o bem comum.

Particularmente nos cursos das áreas de ciências humanas, a extensão universitária tem se consolidado como um vetor ainda subaproveitado, mas promissor, para o desenvolvimento de projetos de educação cidadã suprapartidária e de qualidade – quase sempre ancorados na

5 A resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e sua integração curricular aos cursos de graduação, conforme previsto no Plano Nacional de Educação.

produção de evidências. De norte a sul do país, a Redenec tem dialogado e colaborado com universidades públicas e privadas que se posicionam como atores estratégicos nesse campo.

Outro componente relevante desse ecossistema é o das controladorias, que vêm se consolidando como atores inesperados – mas extremamente relevantes – no campo da educação cidadã. Tradicionalmente voltadas ao controle interno e à prevenção da corrupção, essas instituições passaram a reconhecer na formação cidadã uma aliada estratégica para o fortalecimento do controle social e da participação informada da população. A Controladoria-Geral da União (CGU) lidera esse processo com um programa robusto, institucionalizado há mais de uma década, e presença em todas as 27 capitais brasileiras.

No plano subnacional, destaca-se a experiência da Controladoria-Geral do Estado de Goiás, com o programa *Estudante Atitude* – uma gincana cívica que mobiliza a comunidade escolar em torno de ações de protagonismo e melhoria do ambiente educacional. Em 2024, o programa já alcançava 93% das mais de 1000 escolas estaduais e passou a inspirar outras controladorias, como as de Belo Horizonte (MG) e Serra (ES). A partir de 2025, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) iniciou a coordenação de esforços para disseminar e institucionalizar essas práticas, sinalizando a consolidação de um novo eixo da educação cidadã baseado na integridade e no controle democrático.

Na mesma linha de atuação institucional, o Poder Judiciário também desempenha um papel multifacetado na promoção da educação cidadã, com ações descentralizadas e níveis variados de institucionalização. Uma dessas frentes ocorre por meio de associações da classe, como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), que realizam ações educativas pontuais junto às escolas. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), embora não integre o Judiciário, também atua com destaque nesse campo, especialmente por meio do programa *OAB vai à escola*.

Além disso, os Tribunais de Justiça Estaduais desempenham um papel importante por meio do programa *Cidadania e Justiça também se*

aprendem na escola, criado em 1993 pelo no Paraná e hoje presente em todos os estados. A iniciativa estimula a ida de magistrados às escolas e o acolhimento de alunos nos tribunais, promovendo o entendimento sobre o Estado Democrático de Direito. Com mais de 6 milhões de estudantes alcançados, o programa enfrenta, contudo, a descontinuidade causada pelas mudanças de gestão nos tribunais. De forma isolada, outras experiências são realizadas, como a do TJ de Sergipe, que formou 5.800 jovens em 2024 em parceria com a Seduc, demonstrando o impacto potencial dessa atuação.

Em nível nacional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também tem inserido a educação cidadã em sua agenda, especialmente por meio do programa *Fazendo Justiça*. Voltado à qualificação de políticas no sistema penal e socioeducativo, o programa desenvolve formações sobre cultura democrática, justiça restaurativa e cidadania ativa – contribuindo para a construção de sujeitos cívicos mesmo em contextos de vulnerabilidade, e ampliando o alcance das políticas públicas de formação cidadã.

Outro pilar essencial desse ecossistema é a Justiça Eleitoral, reconhecida como uma das instituições mais estruturadas na promoção da educação cidadã, especialmente por meio das Escolas Judiciárias Eleitorais (EJES), presentes em todos os 27 Tribunais Regionais Eleitorais. A rede é articulada por meio do Sistema EJE, com destaque para o programa *Eleitor do Futuro*, que desde 2002 leva dinâmicas interativas sobre democracia às escolas públicas, com uso frequente da urna eletrônica como recurso pedagógico.

Apesar do alcance expressivo, as EJES enfrentam heterogeneidade institucional, com grandes variações de equipe, recursos e grau de prioridade entre os estados. Os mais de 2.600 Cartórios Eleitorais também atuam localmente com ações de formação cidadã. Em 2024, a EJE do TSE lançou as *Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania das EJES*, buscando padronizar e qualificar essa atuação em parceria com as escolas.

Além das instituições citadas, o Ministério Público também vem ampliando sua atuação em educação cidadã, por meio de iniciativas

em diferentes níveis. Em 2023, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) articulou um acordo interinstitucional para incentivar ações de formação democrática junto às forças de segurança pública. Paralelamente, o projeto *NaMoral*, promovido por Ministérios Públicos estaduais, tem ganhado destaque na formação de estudantes do ensino médio, com foco em ética e valores democráticos. Em 2025, o programa foi institucionalizado como política pública pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, fortalecendo sua integração ao sistema educacional.

Por fim, merece destaque o eixo formado pelas Escolas do Legislativo, que compõem um dos segmentos mais estruturados da educação cidadã no país. Presentes em casas legislativas de diferentes níveis federativos, essas instituições atuam de forma articulada por meio da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), que hoje reúne, engaja e fortalece mais de 400 escolas associadas. Além de promoverem a formação interna de servidores públicos, essas escolas desenvolvem ações voltadas à população e às escolas públicas. O trabalho é marcado pela diversidade de formatos e capacidades institucionais entre os estados e municípios, mas conta com iniciativas consolidadas e de ampla capilaridade.

Embora ainda enfrentem desafios, como a ausência de um marco legal específico que reduza a dependência das gestões legislativas, as Escolas do Legislativo têm avançado no reconhecimento institucional de sua atuação. A aprovação do Dia Nacional da Educação Legislativa, em 2024, a institucionalização da *Coleção em Miúdos*⁶, da autora Madu Macedo, e a criação do *ParlaFlix* são passos importantes nesse sentido. Com atuação suprapartidária e crescente institucionalização, esse eixo se firma como uma das principais referências em educação cidadã no

6 Fruto de uma parceria entre a ABEL e a Gráfica do Senado Federal, a *Coleção em Miúdos* é um dos mais disseminados recursos de educação cidadã no Brasil. Até abril de 2024, segundo a própria gráfica, mais de 600.000 unidades foram enviadas a 580 municípios brasileiros.

país, reunindo experiências consistentes, capacidade técnica e legitimidade junto a diferentes públicos e territórios.

Complementando todos os demais, o eixo do sistema educacional ocupa uma posição absolutamente central na efetivação da educação cidadã. Composto por técnicos das secretarias de educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores, esse grupo está na linha de frente da prática educativa, sendo responsável por transformar diretrizes, programas e propostas em experiências reais de aprendizagem para os estudantes. São esses profissionais que, no cotidiano das escolas, abrem as portas da comunidade escolar à cidadania, acolhendo e articulando as iniciativas promovidas por outros atores do ecossistema.

Mais do que implementar políticas, esse eixo tem o poder de dar vida à educação cidadã no chão da escola. É por meio da escuta, do engajamento e da mediação cotidiana desses profissionais que os estudantes entram em contato com conceitos como participação, democracia, corresponsabilidade e direitos. Além disso, são as escolas, em sua capilaridade e presença nos territórios, que oferecem a estrutura concreta para que projetos diversos – públicos e da sociedade civil – possam se conectar à experiência educacional. Valorizar, apoiar e capacitar continuamente esse segmento é, portanto, condição indispensável para que a educação cidadã avance como uma política viva, com o preparo de cada estudante para o exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

Transformando a Energia em Movimento

Com a consolidação do ecossistema de educação cidadã no Brasil, tornou-se evidente que não bastava reconhecer e conectar boas iniciativas: era preciso transformar essa diversidade de experiências – e disposição para o trabalho coletivo – em força mobilizadora. Mais do que atuar como um repositório técnico ou um hub de boas práticas, a Rede Nacional de Educação Cidadã assumiu o compromisso de colocar essa energia em movimento, buscando soluções conjuntas e conquistas

institucionais capazes de levar a educação cidadã a uma nova escala de impacto.

No plano nacional, a RedenEC estruturou uma agenda contínua de advocacy em defesa da criação de uma política nacional de educação cidadã. Essa ação foi sustentada por um processo consultivo robusto que mobilizou, entre julho de 2023 e janeiro de 2024, 63 especialistas no inédito Conselho Consultivo para a Educação Democrática, em encontros síncronos e assíncronos, culminando na elaboração do documento *Caminhos para a Universalização da Educação Cidadã: A Formação para a Cidadania como Política Pública Nacional*. O documento foi entregue formalmente em março de 2024, em 14 atos institucionais, a órgãos como o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, a Secretaria-Geral da Presidência da República, e diversos ministérios, incluindo os da Educação, Planejamento, Meio Ambiente e Direitos Humanos.

A proposta recebeu receptividade positiva na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, especialmente por parte do diretor de Políticas e Diretrizes para a Educação Integral, Alexsandro Santos, educador e pesquisador experiente da área. Essa interlocução contínua reforça o reconhecimento da necessidade de enfrentar o grande vazio da área: a ausência de uma política nacional estruturada de educação cidadã. Não se trata apenas de formulação, mas da criação de um mecanismo que viabilize sua implementação em larga escala, de forma articulada com os diversos atores do ecossistema.

Além dessa frente, a RedenEC tem atuado junto ao Congresso Nacional na promoção do projeto de lei que propõe a Semana Nacional de Educação Cidadã, que visa instituir, no calendário escolar e institucional, um momento anual de mobilização em torno da democracia nas mais de 178 mil escolas públicas e privadas do país. A iniciativa também pretende mobilizar os demais atores do ecossistema -como tribunais, controladorias, ministérios públicos, universidades e OSCs -para fortalecer a pauta dentro e fora do ambiente escolar. Outra frente estratégica tem sido a contribuição com o debate sobre a reformulação do ensino

médio, com o objetivo de garantir que a educação cidadã seja incorporada como eixo transversal nos itinerários formativos definidos pelo Ministério da Educação em 2024.

Cientes dos desafios que envolvem a implementação efetiva de políticas públicas, a RedeNEC acompanhou de perto a experiência inovadora do estado de Sergipe, que instituiu a primeira Rede Estadual de Educação Cidadã do país. A iniciativa foi idealizada e conduzida por Isabela Mazza, técnica da Secretaria de Educação, que articulou uma coalizão interinstitucional envolvendo o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Delegacia da Mulher, o Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Eleitoral. Juntas, essas instituições viabilizaram atividades formativas com estudantes e gestores escolares, promovendo o diálogo entre escolas e órgãos públicos comprometidos com a cultura democrática. Em sua fase inicial, a política alcançou 35 escolas da rede estadual – número que ultrapassou a marca de 100 unidades em 2025, demonstrando sua capacidade de expansão com legitimidade e articulação local.

A experiência sergipana, sistematizada no estudo *Experiências Inovadoras em Democracia: A Rede Estadual de Educação Cidadã de Sergipe* (RedeNEC e Instituto Unibanco, 2024), revela que a implementação em rede, com participação ativa de instituições do Estado comprometidas com o fortalecimento da cultura democrática, é capaz de acelerar processos de implementação, superar resistências políticas e burocráticas e criar condições de sustentabilidade institucional para a política. Embora ainda não haja estudos de impacto consolidados, relatos de campo indicam que a participação dos estudantes em contextos escolares democráticos tem favorecido o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento, autoestima cívica e autoeficácia – ou seja, uma percepção subjetiva de que podem não apenas participar da vida em sociedade, mas também ocupar espaços de decisão.

Além disso, essa experimentação coletiva tem apontado para uma nova abordagem pedagógica, na qual a escola pública se torna um espaço mais atrativo, conectado à realidade e voltado para a formação integral dos estudantes – preparando-os, de fato, para o exercício da cida-

dania. Ao integrar diferentes instituições do Estado e da sociedade em torno de um mesmo propósito, a política de Sergipe demonstra que é possível transformar o cotidiano escolar em um ambiente de vivência democrática concreta – condição essencial para uma educação cidadã viva, contextualizada e transformadora.

O futuro da educação cidadã no Brasil

No momento em que este artigo é escrito, em abril de 2025, o Brasil aguarda com expectativa o lançamento pelo Ministério da Educação do programa nacional de educação cidadã. Trata-se de uma oportunidade histórica para a institucionalização da educação cidadã como política pública nacional, com diretrizes claras e articulação interinstitucional trazidas para a governança da própria política pública. No entanto, como toda política estrutural, o programa não resolverá por si só os muitos desafios que ainda precisam ser enfrentados para que essa agenda seja efetivamente universalizada. Será preciso aproximar o Brasil legal do Brasil real.

Assim, a consolidação da educação cidadã como um direito garantido a todos os estudantes do país dependerá de um esforço coletivo que envolve a sociedade civil organizada e as instituições de estado integrantes do programa. A seguir, são elencadas algumas das questões centrais que o ecossistema de educação cidadã precisará enfrentar nos próximos anos – não como hipóteses abstratas, mas como desafios concretos e inevitáveis que determinarão o grau de sucesso de nossas ambições coletivas.

1. Formação de professores e lideranças escolares qualificada e baseada em evidências: o Brasil precisará construir uma estratégia eficaz de formação continuada de professores e lideranças escolares pautada com base em evidências sólidas que garantam não apenas o domínio conceitual sobre cidadania e democracia, mas também o domínio pedagógico necessário para integrá-la ao cotidiano escolar. Em todo esse

processo, é preciso ter especial atenção e cuidado na abordagem com estes profissionais, levando em conta fatores como a necessidade de sensibilização prévia em relação à importância do tema, a sobrecarga de trabalho de professores e o provimento da devida assistência técnica para a implementação dos programas.

2. Avaliação e identificação de modelos de excelência: o ecossistema precisará avançar na construção de sistemas de monitoramento e avaliação das práticas de educação cidadã com o objetivo de consolidar um repertório de iniciativas comprovadamente eficazes que possam servir de referência no processo pedagógico. Os ideais da adaptabilidade e escalabilidade precisam ser alinhados às demandas dos professores e estudantes que, cada vez mais, demandam atividades dinâmicas e participativas.

3. Monitoramento e avaliação das políticas implementadas: processo fundamental para o acompanhamento da qualidade e da consistência das práticas de educação cidadã no Brasil, o Ministério da Educação, em conjunto com os atores envolvidos na governança da política, terá a tarefa de coletar dados que subsidiem a produção de evidências em torno de boas práticas. No mesmo sentido, abre-se o debate para que as competências trabalhadas pela educação cidadã passem a integrar os instrumentos de avaliação já existentes na educação básica brasileira.

4. Construção de uma matriz de saberes em educação cidadã: é preciso parametrizar as práticas e conteúdos de educação cidadã. Para isso, será fundamental desenvolver uma matriz que organize os conteúdos, competências e experiências essenciais para cada etapa da formação cidadã ao longo da trajetória educacional. Essa matriz deve oferecer diretrizes claras sobre o que ensinar com que profundidade, sempre respeitando o desenvolvimento progressivo dos estudantes, os contextos escolares e as previsões já existentes na BNCC e nas demais regulamentações da educação brasileira.

5. A criação de mecanismos e para preservação de uma ética suprapartidária: um dos maiores desafios será garantir que a educação cidadã seja conduzida com compromisso ético, pluralidade de visões e fidelidade ao Estado Democrático de Direito. Para isso, será necessária a formação contínua de docentes e gestores, assegurando que conteúdos sejam trabalhados de forma responsável, sem viés político-partidário – e com sensibilidade para mediar eventuais tensões no ambiente escolar. Guias, materiais e formações serão necessários para evitar que a educação cidadã seja confundida, pela opinião pública, com iniciativas doutrinárias.

No mesmo sentido, à medida que o tema da cidadania se torne mais presente nas escolas, será preciso estruturar processos de resolução de conflitos em escolas, diretorias e secretarias de educação para lidar com situações que eventualmente surjam entre educadores, estudantes, famílias e comunidades. A mediação qualificada será chave para consolidar uma cultura de diálogo e confiança, protegendo docentes e preservando o princípio da liberdade de ensino.

6. Produção e distribuição de materiais didáticos em escala nacional: a universalização da educação cidadã exigirá que todos os territórios tenham acesso a materiais didáticos de qualidade, atualizados e condizentes com a diversidade cultural e pedagógica do país. Será necessário garantir recursos editoriais e logísticos compatíveis com a ambição da política, evitando que a falta de materiais seja um gargalo – como já é hoje.

Uma recomendação concreta é a adoção de um eixo de Cidadania no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), legitimando-o como mecanismo estruturante para a distribuição desses recursos, assegurando escala, padronização mínima e transparência nos processos de produção e aquisição. Alternativamente, a distribuição de materiais didáticos poderá ser feita de forma suplementar pelo Ministério da Educação, de acordo com o previsto pelo artigo 24 da Lei nº 9.099 de julho de 2018.

7. Estímulo à adesão e ao engajamento dos entes subnacionais: para que a educação cidadã ganhe força e continuidade, será essencial estimular a adesão e o engajamento dos estados e municípios ao programa. Para isso, a oferta de suporte técnico – e preferencialmente financeiro – é uma variável condicionante que determinará o alcance da iniciativa. Além disso, parcerias com instituições públicas do ecossistema e a possibilidade de contato com as organizações da sociedade civil de referência serão diferenciais que podem atrair e motivar estudantes, professores, gestores escolares e técnicos a promoverem a educação cidadã.

Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as nações fracassam:** as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BPB – Bundeszentrale für politische Bildung. **Erlass über die Bundeszentrale für politische Bildung (BPB)**. Disponível em: <https://www.bpb.de/die-bpb/ueber-uns/auftrag/51244/erlass-ueber-die-bundeszentrale-fuer-politische-bildung-bpb/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rceso07-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 9 abr. 2025.

DANTAS, H. **Apresentação:** O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XI, vol. 03, 2010.

DANTAS, H. **Educação política:** sugestões de ação a partir da nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 133 p., 2017.

FERRAZ, Claudio; FINAN, Frederico; MARTINEZ-BRAVO, Monica. Menor concentração de poder em elites locais eleva desenvolvimento, diz estudo. **Folha de S.Paulo**, 11 jan. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/menor-concentracao-de-poder-em-elites-locais-eleva-desenvolvimento-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2025.

ICCS – International Civic and Citizenship Education Study. **ICCS 2016 International Report**. Amsterdam: IEA, 2017.

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Pesquisa Doação Brasil 2022**. São Paulo: IDIS, 2023. Disponível em: <https://pesquisadoacaobrasil.org.br>. Acesso em: 9 abr. 2025.

MINEDUC – Ministerio de Educación de Chile. **Ley 20.911 de 02 de abril de 2016**: Crea el Plan de Formación Ciudadana. Disponível em: https://convivenciaparaciudadania.mineduc.cl/wp-content/uploads/2023/04/Ley-20911_02-ABR-2016.pdf. Acesso em: 9 abr. 2025.

MINEDUCACIÓN – Ministerio de Educación Nacional de Colombia. **Entornos escolares para la vida, la convivencia y la ciudadanía**. Disponível em: <https://educacion-rindencuentas.mineduccion.gov.co/pilar-1-educacion-de-calidad/entornos-escolares-para-la-vida-la-convivencia-y-la-ciudadania/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO CIDADÃ (RedeNEC). **Caminhos para a Universalização da Educação Cidadã**: a formação para a cidadania como política pública nacional. Brasília: RedeNEC, 2024.

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO CIDADÃ (RedeNEC); INSTITUTO UNIBANCO. **Experiências Inovadoras em Democracia**: A Rede Estadual de Educação Cidadã de Sergipe. São Paulo: RedeNEC; Instituto Unibanco, 2024.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2023**. Londres: EIU, 2023. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

THE NEW YORK TIMES. Paris Announces Plan to Promote Secular Values. 22 jan. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/01/23/world/europe/charlie-hebdo-attack-leads-to-changes-in-french-schools.html>. Acesso em: 9 abr. 2025.

VALOR ECONÔMICO. **Datafolha**: confiança nas Forças Armadas. G1 Política, 17 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/17/datafolha-confianca-forcas-armadas.ghtml>. Acesso em: 9 abr. 2025.